

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Demonstrações financeiras acompanhadas
do Relatório dos auditores independentes

31 de dezembro de 2025 e 2024

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Avaliamos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, se estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, cujo Relatório dos Auditores Independentes foi emitido em 24 de março de 2025, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Piracicaba, 30 de março de 2026.

Moda Auditores Independentes S/S
CRC n.º 2SP021705/O-8
CVM n.º 8990



Luis Antonio Moda
Contador CRC n.º 1SP143555/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2025	2024
ATIVO	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE	66.447.167,00D	55.446.964,56D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	64.532.229,41D	51.776.676,08D
CAIXA - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	5.269,05D	2.000,41D
CAIXA (ESTADUAL)	5.269,05D	2.000,41D
BANCO CTA MOVIMENTO - RECURSOS COM RESTRIÇÃO (F)	2.604.589,46D	0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.604.589,46D	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO (I)	10.279.655,14D	8.136.542,65D
APLICACAO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL	6.689.640,73D	5.880.024,75D
BB RF CP EMPRESA AGIL (C/C 3905-5)	3.588.202,81D	2.254.755,63D
APLICACAO BANCO DO BRASIL - 19836-6	0,00	1.762,27D
APLICACAO BB RF CP AUTOMATICO - 19836-6	1.811,60D	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS COM RESTRIÇÃO	33.424.411,90D	36.498.824,04D
POUPANÇA CAIXA ECONOMICA FEDERAL	33.125.797,69D	36.448.425,92D
CAIXA FIC SIGMA REF DI LP (C/C 003.693-5 CEF)	298.614,21D	50.398,12D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS COM RESTRIÇÃO	142.392,68D	27.314,01D
BB RF CP EMPRESA AGIL (C/C 7142-0)	142.392,68D	27.314,01D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS C/ RESTRIÇÃO (O)	6.453.722,98D	4.048.190,72D
APLICACAO BANCO DO BRASIL (C/C 20721 -7 - SABESP)	6.453.722,98D	4.048.190,72D
CREDITOS	10.674.928,49D	2.652.201,16D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (FEDERAL)	8.480.446,83D	28.978,55D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (FEDERAL)	8.480.446,83D	28.978,55D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (ESTADUAL)	444.481,66D	873.222,61D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (ESTADUAL)	444.481,66D	873.222,61D
RECURSOS SABESP A RECEBER	1.750.000,00D	1.750.000,00D
TERMO DE COOPERACAO SABESP A RECEBER	1.750.000,00D	1.750.000,00D
ADIANTAMENTOS	24.471,84D	22.889,40D
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	24.471,84D	22.889,40D
ADIANTAMENTO DE FERIAS	24.471,84D	22.889,40D
DESPESAS ANTECIPADAS	3.248,37D	2.437,38D
DESPESAS ANTECIPADAS (FEDERAL)	2.779,32D	2.002,38D
SEGUROS A APROPRIAR - HDI SEGUROS	0,00	2.002,38D
SEGURO A APROPRIAR - ALLIANZ SEGUROS - (FED)	2.779,32D	0,00
DESPESAS ANTECIPADAS (ESTADUAL)	469,05D	435,00D
ASSINATURA A APROPRIAR JORNAL CORREIO POPULAR (EST)	0,00	175,20D
ASSINATURA A APROPRIAR - EDITORA GLOBO S.A. RIO DE JAN	64,90D	59,90D
SEGURO A APROPRIAR - ALLIANZ SEGUROS SA	194,15D	0,00
ASSINATURA A APROPRIAR JORNAL CIDADE RIO CLARO - (EST)	210,00D	199,90D
OUTROS CREDITOS	919.539,50D	386.276,31D
OUTROS CREDITOS	919.539,50D	386.276,31D
GARANTIAS DE ALUGUEL (ESTADUAL)	15.400,00D	18.100,00D
TARIFAS BANCARIAS A COMPENSAR	0,00	12,12D
RECURSOS DE CONTRATOS A RESSARCIR (FEDERAL)	902.156,44D	368.164,19D
JUROS E MULTAS A RESSARCIR (FEDERAL)	1.983,06D	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.914.937,59D	3.670.288,48D
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.750.000,00D	3.500.000,00D
RECURSOS SABESP A RECEBER - L.P.	1.750.000,00D	3.500.000,00D
TERMO DE COOPERACAO SABESP A RECEBER - L.P.	1.750.000,00D	3.500.000,00D
ATIVO IMOBILIZADO	164.937,59D	170.288,48D
IMOBILIZADO DE USO - COM RESTRIÇÃO	864.758,46D	980.926,92D
VEICULOS	56.000,00D	101.528,00D
COMPUTADORES HARWARE	341.499,28D	420.526,33D
MOVEIS E UTENSILIOS	180.935,34D	183.324,30D
INSTALAÇÕES	32.682,84D	24.414,79D
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	73.541,00D	71.033,50D
COMPUTADORES HARDWARE - EDDIGITAL	180.100,00D	180.100,00D

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2025	2024
	31/12/2025	31/12/2024
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	699.820,87C	810.638,44C
(-) VEICULOS	56.000,00C	101.528,00C
(-) COMPUTADORES HARDWARE	277.442,98C	336.652,63C
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	130.648,54C	140.588,94C
(-) INSTALAÇÕES	15.229,52C	14.290,94C
(-) EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	40.399,83C	38.057,50C
(-) COMPUTADORES HARDWARE - EDDIGITAL	180.100,00C	179.520,43C
PASSIVO	66.447.167,00C	55.446.964,56C
PASSIVO CIRCULANTE	25.254.209,88C	20.311.098,48C
FORNECEDORES	153.197,92C	49.003,67C
FORNECEDORES (FEDERAL)	141.128,46C	29.341,40C
AGENCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO - (FED)	0,00	225,90C
BH PRESS COMUNICACAO - (FED)	19.165,34C	0,00
AACP SERVICO AMBIENTAL EIRELI - (FED)	6.622,35C	0,00
V CARRIÇO SERVIÇOS DE BUFFET LTDA - (FED)	32.842,75C	0,00
ALBIT INFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA - (FED)	13.164,00C	1.650,00C
DELICIAS DO CHEFF ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - (FED)	0,00	1.394,00C
BLUEPEX TECNOLOGIA S.A. (FED)	0,00	1.700,00C
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (FED)	68.554,02C	22.931,50C
LOJA DO FILTRO PIRACICABA LTDA - (FED)	0,00	1.440,00C
MESO CARREIRA E GESTAO LTDA - (FED)	780,00C	0,00
FORNECEDORES (ESTADUAL)	12.069,46C	19.662,27C
TELEFONICA BRASIL S/A - (EST)	1.813,10C	1.281,70C
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - (EST)	0,00	940,53C
REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA - (EST)	0,00	4.947,87C
SBJOTA COM. DE LIVROS E MATERIAL ESC. LTDA - (EST)	499,50C	0,00
AGENCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO - (EST)	455,07C	0,00
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - (EST)	127,39C	68,43C
M&S SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - (EST)	8.434,40C	9.277,84C
ALBIT INFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA - (EST)	0,00	2.946,00C
JORNAL CIDADE DE RIO CLARO LTDA - (EST)	210,00C	199,90C
V. SOARES DE ALMEIDA TRANSPORTE EXECUTIVO - (EST)	530,00C	0,00
OBRIGAÇÕES A RECOLHER	1.458.771,73C	555.472,55C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	768.743,80C	91.561,20C
SALARIOS A PAGAR	759.408,33C	85.924,00C
ESTAGIOS A PAGAR	8.870,67C	5.159,00C
PROCESSOS FUNCIONARIOS A RECOLHER	464,80C	478,20C
ENCARGOS S/ FOLHA DE PGTO	301.250,73C	60.004,83C
INSS A RECOLHER	224.610,43C	43.009,45C
FGTS A RECOLHER	68.662,66C	14.568,98C
PIS S/ FOLHA A RECOLHER	7.977,64C	2.426,40C
FERIAS E 13º SALARIO A RECOLHER	260.155,12C	278.297,51C
FERIAS A PAGAR	192.310,44C	205.540,47C
ENCARGOS S/ FERIAS A PAGAR	67.844,68C	72.757,04C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	117.600,19C	100.731,50C
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	867,21C	725,78C
IRRF S/ RENDIMENTO A RECOLHER	52.164,19C	60.839,06C
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	17.513,18C	9.817,83C
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	394,19C	818,28C
CONTRIBUICOES RETIDAS NA FONTE - CRF	46.661,42C	28.530,55C
OUTRAS OBRIGAÇÕES (FEDERAL)	7.600,00C	0,00
ALUGUEIS A PAGAR (FEDERAL)	7.600,00C	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES (ESTADUAL)	3.421,89C	24.877,51C
CONDOMINIOS A PAGAR (ESTADUAL)	0,00	10.801,44C
ALUGUEIS A PAGAR (ESTADUAL)	2.653,59C	12.424,85C
TARIFAS BANCARIAS A PAGAR (ESTADUAL)	768,30C	1.651,22C
PROVISAO P/ CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	3.125.827,57C	3.488.356,66C
PROVISAO P/ CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	3.125.827,57C	3.488.356,66C
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - EXERCICIOS ANTERIORES	3.069.957,54C	4.929.675,97C
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - EXERCICIO CORRENTE	2.038.978,25C	8.166,73C
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - RENDIMENTO APLICACAO F	209.760,96C	355.864,31C

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2025	2024
(-) REALIZAÇÃO DO CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	31/12/2025 2.192.869,18D	31/12/2024 1.805.350,35D
GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS - 2021 - 2025	0,00	7.324.237,47C
PLANOS DE RECURSOS HIDRICOS (PRH)	0,00	388.024,56C
ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTACAO	0,00	388.024,56C
SISTEMA DE INFORMACOES SOBRE RECURSOS HIDRICOS	0,00	2.020.815,60C
DESENVOLVIMENTO, IMPL., MANUT., ATUALIZACAO SISTEMA I	0,00	2.020.815,60C
COBRANCA PELO USO DOS RECURSOS HIDRICOS	0,00	1.872.846,00C
DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DE SERVI	0,00	1.872.846,00C
FISCALIZACAO DOS USOS DE RECURSOS HIDRICOS	0,00	510.999,00C
PARTICIPACAO NAS CAMPANHAS DE FISCALIZACAO DOS USOS	0,00	510.999,00C
MONITORAMENTO HIDROMETEOROLOGICO	0,00	1.487.530,29C
MONITORAMENTO QUANTITATIVO DOS RECURSOS HIDRICOS	0,00	1.487.530,29C
GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS SUBTERRANEOS	0,00	287.469,00C
DELIMITACAO DE AREAS DE RESTRICAO E CONTROLE DO USO	0,00	287.469,00C
COMUNICACAO, MOBILIZACAO SOCIAL, EDUCACAO E CAPA	0,00	756.553,02C
COMUNICACAO SOCIAL VOLTADA AO FORTALECIMENTO DO CC	0,00	674.971,06C
CAPACITACAO TECNICA RELACIONADA AO PLANEJAMENTO E G	0,00	81.581,96C
AGENDA SETORIAL - 2021 - 2025	0,00	5.317.712,90C
RECUPERACAO DA QUALIDADE DA AGUA	0,00	3.074.078,26C
ELABORACAO DE PROJETOS P/ IMPLANTACAO DE NOVAS ETES	0,00	2.383.684,42C
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS IMPL., EXPANS., E ADE	0,00	690.393,84C
PROTECAO E CONSERVACAO DOS RECURSOS HIDRICOS	0,00	2.243.634,64C
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E INTERV. REF RECUPERACAO (0,00	2.243.634,64C
APOIO AO COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA - 2021 - 2025	0,00	3.504.499,32C
ACOES FINALISTICAS DO COMITE DE BACIA HIDROGRAFI	0,00	3.504.499,32C
ORGANIZACAO E REALIZACAO DE REUNIOES, EVENTOS INTERI	0,00	1.905.292,27C
SERVICOS DE TI P/ O FUNCIONAMENTO DOS SITEMAS CORPOI	0,00	1.599.207,05C
MANUTENCAO COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA E ENTIDAI	0,00	30.027,13C
MANUTENCAO E CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA ENTIDADI	0,00	30.027,13C
INFRAESTRUTURA E MANUTENCAO DA ENTIDADE DELEGATARI	0,00	30.027,13C
GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS (FEDERAL)	11.501.300,58C	0,00
PLANOS DE RECURSOS HIDRICOS (PRH)	408.783,83C	0,00
ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTACAO	408.783,83C	0,00
SISTEMA DE INFORMACOES SOBRE RECURSOS HIDRICOS	2.127.190,01C	0,00
DESENVOLVIMENTO, IMPL., MANUT., ATUALIZACAO SISTEMA I	2.127.190,01C	0,00
COBRANCA PELO USO DOS RECURSOS HIDRICOS	2.217.430,40C	0,00
DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DE SERVI	2.217.430,40C	0,00
FISCALIZACAO DOS USOS DE RECURSOS HIDRICOS	429.484,40C	0,00
PARTICIPACAO NAS CAMPANHAS DE FISCALIZACAO DOS USOS	429.484,40C	0,00
MONITORAMENTO HIDROMETEOROLOGICO	5.240.270,15C	0,00
MONITORAMENTO QUANTITATIVO DOS RECURSOS HIDRICOS	5.240.270,15C	0,00
GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS SUBTERRANEOS	397.998,30C	0,00
DELIMITACAO DE AREAS DE RESTRICAO E CONTROLE DO USO	397.998,30C	0,00
COMUNICACAO, MOBILIZACAO SOCIAL, EDUCACAO E CAPA	680.143,49C	0,00
COMUNICACAO SOCIAL VOLTADA AO FORTALECIMENTO DO CC	669.768,27C	0,00
CAPACITACAO TECNICA RELACIONADA AO PLANEJAMENTO E G	10.375,22C	0,00
AGENDA SETORIAL (FEDERAL)	5.155.269,03C	0,00
RECUPERACAO DA QUALIDADE DA AGUA	3.515.332,32C	0,00
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS IMPL., EXPANS., E ADE	3.515.332,32C	0,00
PROTECAO E CONSERVACAO DOS RECURSOS HIDRICOS	1.639.936,71C	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2025	2024
	31/12/2025	31/12/2024
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E INTERV. REF RECUPERACAO (1.639.936,71C	0,00
APOIO AO COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA (FEDERAL)	3.329.092,81C	0,00
SUORTE AO FUNCIONAMENTO DO COMITE	3.329.092,81C	0,00
ORGANIZACAO E REALIZACAO DE REUNIOES, EVENTOS INTERI	1.976.861,22C	0,00
SERVICOS DE TI P/ NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO DOS S	1.352.231,59C	0,00
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - A REPASSAR C.P.	0,00	41.209,21C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2020	0,00	41.209,21C
0539.120-61/2020	0,00	31.066,03C
0540.724-89/2020	0,00	6.608,16C
0539.134-21/2020	0,00	3.535,02C
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	0,00	579,57C
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	0,00	579,57C
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	0,00	579,57C
CONTRATOS - TERMO DE COOPERAÇÃO SABESP	530.750,24C	0,00
CONTRATOS - TERMO DE COOPERAÇÃO SABESP	530.750,24C	0,00
TERMO DE COOP. SABESP - AGROFLORESTAL	530.750,24C	0,00
ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	0,00	0,00
ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	0,00	0,00
OBRIGACAO - ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	13,49C	467,04D
CONTA CORRENTE BB COB EST PTA (9209-6)	13,49D	467,04C
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	31.274.829,22C	26.614.836,88C
RECEITAS DIFERIDAS (FEDERAL)	19.316.640,60C	15.200.615,23C
RECEITAS DIFERIDAS - REPASSES A.N.A. (FEDERAL)	4.911.294,88C	0,00
RECURSOS FEDERAIS (REPASSES A.N.A.)	4.911.294,88C	0,00
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEI	14.405.345,72C	15.200.615,23C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEIRA (A	14.405.345,72C	15.200.615,23C
PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL (FEDERAL) L.P.	1.360.850,19C	1.174.853,03C
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DA AGUA - L.P.	600.000,00C	8.580,00C
ELABORACAO DE PROJETOS P/ IMPLEMENTACAO DE NOVAS ET	0,00	8.580,00C
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS IMPL., EXP., ADEUQAC	600.000,00C	0,00
ACOES FINALISTICAS DO COMITE DE BACIA HIDROGRAFI	33.842,82C	0,00
ORGANIZACAO E REALIZACAO DE REUNIOES, EVENTOS INTER.	32.842,75C	0,00
SERVICOS TI P/ O FUNCIONAMENTO DOS SITEMAS CORPORAT	1.000,07C	0,00
PROTECAO E CONSERVACAO DOS RECURSOS HIDRICOS - I	727.007,37C	768.274,73C
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E INTERV. REF RECUP. OU CON	727.007,37C	768.274,73C
GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS SUBTERRANEOS - L.P.	0,00	397.998,30C
DELIMITACAO DE AREAS DE RESTRICAO E CONTROLE DO USO	0,00	397.998,30C
RECEITAS DIFERIDAS (ESTADUAL)	167.538,05C	52.518,34C
RECEITAS DIFERIDAS - SECRETARIA EXECUTIVA COMITES	155.688,84C	50.169,05C
RECEITAS DIFERIDAS - SECRETARIA EXECUTIVA COMITES (ES	155.688,84C	50.169,05C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO S.E./COMI	11.849,21C	2.349,29C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO S.E./COMITE (11.849,21C	2.349,29C
RECEITAS DIFERIDAS TERMO DE COOPERACAO - SABESP	9.422.972,74C	9.298.190,72C
RECEITAS DIFERIDAS TERMO DE COOPERACAO - SABESP	9.422.972,74C	9.298.190,72C
REPASSE TERMO DE COOPERACAO - SABESP	8.111.866,40C	8.749.608,20C
REND. APLICACAO - TERMO DE COOPERACAO - SABESP	1.311.106,34C	548.582,52C
PROVISÕES	1.006.827,64C	888.659,56C
PROVISÃO P/ CONTINGENCIAS	1.006.827,64C	888.659,56C
PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS (FEDERAL)	728.581,25C	648.802,36C
PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS (ESTADUAL)	278.246,39C	239.857,20C
PATRIMONIO LIQUIDO	9.918.127,90C	8.521.029,20C
PATRIMONIO LIQUIDO	9.918.127,90C	8.521.029,20C
PATRIMONIO SOCIAL	1.000,00C	1.000,00C
PATRIMONIO SOCIAL	1.000,00C	1.000,00C

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2025	2024
	31/12/2025	31/12/2024
RESULTADOS ACUMULADOS	1.628.806,23C	1.091.747,94C
SUPERAVIT ACUMULADO	1.628.806,23C	1.091.747,94C
FUNDO PATRIMONIAL	8.288.321,67C	7.428.281,26C
FUNDO PATRIMONIAL - (SUPERAVIT RECURSOS ESTADUAIS)	8.288.321,67C	7.428.281,26C
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	0,00	0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	0,00	0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVAS	564.562,68D	0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVAS	564.562,68D	0,00
DIVIDA ATIVA PGE - COMPENSAÇÃO ATIVA	564.562,68D	0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVAS	564.562,68C	0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVAS	564.562,68C	0,00
DIVIDA ATIVA PGE - COMPENSAÇÃO PASSIVA	564.562,68C	0,00

SERGIO RAZERA
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF: 015.929.298-00

LUIS CARLOS MARIN GIUSTI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP146439/O-5
CPF: 030.948.608-42

Empresa: FUNDAÇÃO AGÊNCIA BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ
CNPJ: 11.513.961/0001-16
End.: RUA ALFREDO GUEDES 1949-SALA 304-HIGIENÓPOLIS - CEP:13416-901
Município: PIRACICABA

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025 (Valores em Reais)

	2025	2024
RECEITAS FEDERAIS - COM RESTRIÇÃO	26.809.693,44	45.495.218,96
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (REPASSES)	41.209,21	74.368,28
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (CUSTEIO FEDERAL)	2.192.869,18	1.805.350,35
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (PAP 2021-2025)	24.575.035,48	43.613.184,45
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (EDDIGITAL)	579,57	2.315,88
RECEITAS ESTADUAIS - COM RESTRIÇÃO	20.268,74	49.153,15
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (SEC. EXEC. COMITE)	20.268,74	49.153,15
RECEITAS ESTADUAIS - SEM RESTRIÇÃO	2.241.763,93	2.285.009,45
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (CUSTEIO ESTADUAL)	2.241.763,93	2.285.009,45
RECEITAS TERMO DE COOP. SABESP - COM RESTRIÇÃO	106.991,56	391,80
RECEITA - TERMO DE COOPERAÇÃO (SABESP)	106.991,56	391,80
SUPERAVIT BRUTO	29.178.717,67	47.829.773,36
DESPESAS FEDERAIS	(26.809.693,44)	(45.495.218,96)
CUSTEIO FEDERAL	(2.192.869,18)	(1.805.350,35)
REPASSES P/ PROGRAMAS DE RECURSOS HIDRICOS	(41.209,21)	(74.368,28)
PROGRAMA DE APLICACAO PLURIANUAL 2021-2025	(24.575.035,48)	(43.613.184,45)
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	(579,57)	(2.315,88)
DESPESAS ESTADUAIS	(1.855.615,54)	(1.922.646,46)
CUSTEIO ESTADUAL	(1.730.486,64)	(1.876.571,31)
DESPESA SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	(18.979,14)	(46.075,15)
DESPESAS - TERMO DE COOPERAÇÃO - SABESP	(106.149,76)	0,00
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	1.120.224,89	683.202,02
DESPESAS FINANCEIRAS (ESTADUAL)	(55.078,21)	(37.339,96)
DESPESAS FINANCEIRAS (SECRETARIA EXEC. COMITES)	(1.289,60)	(3.078,00)
DESPESAS FINANCEIRAS (TERMO COOP. SABESP)	(841,80)	(391,80)
RECEITAS FINANCEIRAS (ESTADUAL)	1.177.434,50	724.011,78
DESPESAS TRIBUTARIAS	(4.827,35)	(3.362,02)
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS FEDERAIS)	0,00	0,00
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS ESTADUAIS)	(4.827,35)	(3.362,02)
DESPESAS TRIBUTARIAS (SECRETARIA EXEC. COMITES)	0,00	0,00
SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	1.628.806,23	1.091.747,94

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício

PIRACICABA - SP / 31 DE DEZEMBRO DE 2025

SERGIO RAZERA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 015.929.298-00

LUIS CARLOS MARIN GIUSTI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP14643905
CPF: 030.948.608-42

FUNDAÇÃO AGÊNCIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA CAPIVARI E JUNDIAI
CNPJ: 11.513.961/0001-16

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL (em R\$)

	Patrimonio Social (Estadual)	Resultados Acumulados (Estadual)	Fundo Patrimonial (Estadual)	TOTAL
Saldo em 31/12/2023	<u>1.000,00</u>	<u>909.738,81</u>	<u>6.518.542,45</u>	<u>7.429.281,26</u>
Superávit do Exercício - Estadual	0,00	1.091.747,94	0,00	1.091.747,94
Transferência Fundo Patrimonial - Estadual	0,00	(909.738,81)	909.738,81	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores - Estadual	0,00	0,00		0,00
Saldo em 31/12/2024	<u>1.000,00</u>	<u>1.091.747,94</u>	<u>7.428.281,26</u>	<u>8.521.029,20</u>
Superávit do Exercício - Estadual	0,00	1.628.806,23	0,00	1.628.806,23
Transferência Fundo Patrimonial - Estadual	0,00	(1.091.747,94)	1.091.747,94	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores - Estadual	0,00	0,00	(231.707,53)	(231.707,53)
Saldo em 31/12/2025	<u>1.000,00</u>	<u>1.628.806,23</u>	<u>8.288.321,67</u>	<u>9.918.127,90</u>

SERGIO RAZERA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 015.929.298-00

LUIS CARLOS MARIN GIUSTI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP14643905
CPF: 030.948.608-42

FUNDAÇÃO AGÊNCIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA CAPIVARI E JUNDIAI
CNPJ: 11.513.961/0001-16

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (METODO DIRETO)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
	2025	2024
Recursos Recebidos		
Federais	19.769.648,32	1.114.853,41
Estaduais	2.670.504,88	1.954.124,56
Estaduais (Comite)	125.788,53	67.771,18
Termo de Cooperação SABESP	1.750.000,00	1.750.000,00
Valores de Recursos Devolvidos - Empreendimentos - Federal	3.475.015,34	719.725,32
Valores de Rendimentos Devolvidos - Empreendimentos - Federal	270.309,03	21,06
Devolução Garantia Aluguel - Estadual	2.700,00	0,00
Receita Financeira - Atualização SELIC - Estadual	4.007,57	0,00
Valores Devolvidos - Depósitos Judiciais - Federal	0,00	10.229,68
Pagamentos Realizados		
Aquisições de Bens e Serviços Contas Federais	(862.481,85)	(585.974,41)
Aquisições de Bens e Serviços Contas Estaduais	(783.856,97)	(917.457,64)
Aquisições de Bens e Serviços Contas Comite	(20.209,78)	(49.232,71)
Aquisições de Bens e Serviços Termo de Cooperação SABESP	(106.991,56)	(391,80)
Aquisições de Bens e Serviços Outras Fontes	0,00	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Federais	(1.164.566,47)	(1.168.376,62)
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Área Técnica Ctas Federais	(162.410,31)	(173.897,51)
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Estaduais	(915.573,93)	(914.287,00)
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Federais	0,00	0,00
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Estaduais	(4.827,35)	(3.362,02)
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Comite	0,00	0,00
Repasses para Empreendimentos Ctas Federais	(41.209,21)	(74.389,34)
P.A.P 2021-2025 - Federal	(24.242.393,28)	(43.406.582,38)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(236.547,04)	(41.677.226,22)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Federais	2.526.743,70	4.744.857,65
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Estaduais	1.173.426,93	724.011,78
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Comite	9.499,92	1.961,49
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Outros Recursos	0,00	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Termo de Cooperação SABESP	762.523,82	357.871,84
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas Federais	(38.477,95)	(109.257,92)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	4.433.716,42	6.076.355,43
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de Empréstimos	0,00	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.197.169,38	(35.957.781,38)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	48.712.871,83	84.670.653,21
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	52.910.041,21	48.712.871,83

SERGIO RAZERA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 015.929.298-00

LUIS CARLOS MARIN GIUSTI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP14643905
CPF: 030.948.608-42

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em R\$)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2025	2024
Receita	29.178.717,67	47.829.773,36
Receitas das atividades (Federal)	26.809.113,87	45.492.903,08
Receitas das atividades EDDigital (Federal)	579,57	2.315,88
Receitas das atividades (Estadual)	2.241.763,93	2.285.009,45
Receitas das atividades (Secret. Exec. Comitês)	20.268,74	49.153,15
Receitas das atividades (Termo de Cooperação - SABESP)	106.991,56	391,80
Outras Receitas	0,00	0,00
Insumos adquiridos de terceiros	(25.335.123,58)	(44.374.226,08)
(-) Serviços de terceiros (Federal)	(195.606,82)	(166.977,83)
(-) Serviços de terceiros (Estadual)	(156.532,65)	(162.893,26)
(-) Materiais, energia e outros (Federal)	(49.354,13)	(57.151,90)
(-) Materiais, energia e outros (Estadual)	(68.952,45)	(65.978,56)
(-) Outros custos e despesas operacionais (Federal)	(24.595.532,40)	(43.737.144,83)
(-) Outros custos e despesas operacionais (Estadual)	(144.016,23)	(138.004,55)
(-) Outros custos e despesas operacionais (Secret. Exec. Comitês)	(18.979,14)	(46.075,15)
(-) Outros custos e despesas operacionais (Termo Cooperação SABESP)	(106.149,76)	0,00
Valor Adicionado Bruto	3.843.594,09	3.455.547,28
(-) Depreciações, amortização e exaustão (Federal)	(42.041,99)	(46.828,26)
(-) Depreciações, amortização e exaustão EDDigital (Federal)	(579,57)	(2.315,88)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Instituição	3.800.972,53	3.406.403,14
Receitas Financeiras (Estadual)	1.177.434,50	724.011,78
Doações recebidas	0,00	0,00
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Total do Valor Adicionado	4.978.407,03	4.130.414,92
DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Federal	1.478.135,05	1.139.279,83
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Estadual	899.988,35	1.027.551,20
Impostos, Taxas e contribuições (Federal)	250.432,08	219.865,37
Impostos, Taxas e contribuições (Estadual)	247.499,24	234.794,34
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês)	0,00	0,00
Capital de terceiros		
Despesas financeiras (Estadual)	55.078,21	37.339,96
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês)	1.289,60	3.078,00
Despesas financeiras (Termo Cooperação SABESP)	841,80	391,80
Aluguéis/Condomínios pagos (Federal)	198.011,40	125.655,06
Aluguéis/Condomínios pagos (Estadual)	218.325,07	250.711,42
Superávit ou Déficit do exercício (Estadual)	1.628.806,23	1.091.747,94
Total do Valor Destinado	4.978.407,03	4.130.414,92

SERGIO RAZERA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 015.929.298-00

LUIS CARLOS MARIN GIUSTI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP14643905
CPF: 030.948.608-42

NOTAS EXPLICATIVAS

I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A Agência das Bacias PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ.

II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei Federal nº 11.638/2007, na Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal nº 12.973/2014 que alteram artigos da Lei Federal nº 6.404/76, e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais como a Resolução CFC nº 1.409/12, Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral – ITG 2002 e suas revisões, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

III - Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade, transmitido via arquivo digital pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED, através do programa validador da Escrituração Contábil Digital (ECD) e, posteriormente, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

Nota 3.4) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e

costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

IV - Resumo das práticas contábeis:

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado segue o regime de competência de exercício para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

Nota 5.1) O Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que gerem futuros benefícios econômicos para a entidade. Em resumo, é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

Nota 5.2) O Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Nota 5.3) O Patrimônio Social é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Em resumo representa a “situação líquida” da entidade e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos.

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário.

Nota 8) A partir de recomendação da Auditoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os recursos financeiros da cobrança federal, enquanto não realizado o efetivo desembolso, permanecem em duas diferentes modalidades de aplicação financeira. Os valores a serem utilizados num prazo inferior a 30 dias devem ser aplicados especificamente em fundo de renda fixa de curto prazo, cuja composição da carteira é de 100% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Portanto, a Agência das Bacias PCJ realizou a aplicação no Fundo Sigma da Caixa Econômica Federal, o qual atende os requisitos exigidos. Já os recursos financeiros a serem utilizados em prazo igual ou superior a 30 dias devem permanecer aplicados em caderneta de poupança.

Nota 9) A entidade apresentou saldo em caixa e equivalentes de caixa ao final de 2025 de

R\$52.910.041,21 (cinquenta e dois milhões, novecentos e dez mil, quarenta e um reais e vinte e um centavos), segregados por fonte de recurso, conforme quadro demonstrativo:

	31/12/2024	31/12/2025
RECURSOS REPASES FEDERAIS		
Caixa, banco conta movimento - com restrição - ANA	-	2.604.589,46
Aplicações financeiras - com restrição - ANA	36.498.824,04	33.424.411,90
	36.498.824,04	36.029.001,36
RECURSOS REPASES ESTADUAIS		
Caixa, banco conta movimento - com restrição	-	-
Aplicações financeiras - com restrição - Secr. Executiva	27.314,01	142.392,68
Aplicações financeiras - com restrição - Termo Coop. SABESP	4.048.190,72	6.453.722,98
Caixa, banco conta movimento - sem restrição - FEHIDRO	2.000,41	5.269,05
Aplicações financeiras - sem restrição - FEHIDRO	8.136.542,65	10.279.655,14
	12.214.047,79	16.881.039,85
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA TOTAL	48.712.871,83	52.910.041,21

Nota 10) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$8.480.446,83 (oito milhões, quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos), refere-se aos recursos a receber da ANA, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, nas bacias PCJ, em 2025, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2026.

Nota 11) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$444.481,66 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos) refere-se aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias PCJ, em 2025, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2026.

Nota 12) O saldo da conta Termo de Cooperação SABESP a Receber, no valor de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), refere-se ao montante a ser repassado em 2 (duas) parcelas fixas e anuais no valor de R\$1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil), proveniente ao Termo de Cooperação assinado em 2022 entre a SABESP e a Fundação Agência das Bacias PCJ, visando atender ao disposto no art. 13 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/2017, com adesão ao Programa Produtor de Águas da Agência Nacional de Águas – ANA e da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, por meio do desenvolvimento de atividades em conjunto. O montante, referente a primeira parcela está reconhecido no ativo circulante da entidade, a ser repassada em 2026 e o residual no ativo não circulante.

Nota 13) A rubrica adiantamento de férias, representa valores desembolsados aos funcionários da Agência PCJ em 2025, que iniciaram o gozo das férias em 2025 e que terão os valores descontados em folha de pagamento, proporcionais aos dias de descanso ao ano de 2026 no período de 2026. O saldo é composto por 3 (três) funcionários, sendo, dois deles remunerados com recursos federais e um com recursos estaduais. A composição dos valores

pagos, por fonte de recurso segue discriminada no quadro demonstrativo abaixo:

	31/12/2025
Adiantamento férias – recursos Federais	17.401,30
Adiantamento férias – recursos Estaduais	7.070,54
	24.471,84

Nota 14) O grupo contábil de despesas antecipadas, contemplam valores pagos pela contratação de seguros ou assinaturas de jornais/revistas que serão apropriadas mensalmente como despesas conforme utilização, proporcional a vigência de doze meses a partir da data de sua contratação.

	Data Pagamento	Valor Contratado	Valor Apropriado	Valor a Apropriar
Seguro empresarial a apropriar - Federal	23/05/2025	4.926,62	2.873,85	2.052,77
Seguro de vida corporativo a apropriar - Estadual	16/01/2025	2.329,25	2.135,10	194,15
Assinatura a apropriar - Editora Globo - Estadual	20/01/2025	778,80	713,90	64,90
Assinatura a apropriar - Jornal da Cidade - Estadual	22/12/2025	210,00	0,00	210,00

	Data Pagamento	Valor Contratado	Valor Apropriado	Devolução Valor - veículo doado	Valor a Apropriar
Seguro veículos a apropriar - Federal	17/03/2025	8.590,82	5.879,19	1.985,08	726,55

Nota 15) Recursos de contratos a ressarcir, compreende contratos firmados com tomadores diversos para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização da Caixa Econômica Federal, agente técnico e financeiro, utilizando de recursos federais, que tiveram termo aditivo de supressão ao contrato, ou o cancelamento do empreendimento, posterior a transferência dos recursos, gerando à Agência PCJ, um direito de receber os recursos transferidos e não executados e/ou suprimidos.

CONTRATO	FORNECEDOR	VALOR
Nº 001/2023	MUNICIPIO DE LOUVEIRA/SP	256.685,93
Nº 002/2023	SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPIVARI-SAAE	122.690,53
Nº 004/2023	SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SALTO	123.639,21
Nº 005/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR/SP	63.277,74
Nº 008/2023	MUNICIPIO DE PIRACICABA/SP	9.944,15
Nº 011/2023	MUNICIPIO DE ANALANDIA/SP	6.694,26
Nº 012/2023	MUNICIPIO DE JUDIAI/SP	17.323,26
Nº 002/2024	MUNICIPIO DE CHARQUEADA/SP	130.113,86
Nº 005/2024	SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE INDAIATUBA - SAAE	41.214,38
Nº 006/2024	SANEAMENTO BASICO VINHEDO - SANEBAVI	113.750,01
Nº 001/2025	MUNICIPIO DE ANALANDIA/SP	16.823,11
TOTAL		902.156,44

Nota 16) Em 2025, depois de instaurado processo administrativo para apuração de inexecução contratual e aplicações administrativas, houve rescisão unilateral do contrato nº 09/2025 com a empresa ÁGIL LTDA, com aplicação de multa de 10% sobre o valor do contrato, ainda

existindo saldo residual inerente à multa aplicada em face da contratada no montante de R\$1.865,58 (um mil reais, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), para quitação da multa aplicada. A contrapartida dos valores recebidos e a receber referente a multa administrativa foram reconhecidos na receita diferida arrecadação federal, aumentando o saldo disponível para investimentos. Considerando, que a aplicação da multa e o trânsito em julgado do processo administrativo foi publicado em 11/07/2025, o valor foi corrigido, com aplicação de juros e correção monetária, totalizando ao final do exercício o montante de R\$1.983,06 (um mil, novecentos e oitenta e três reais e seis centavos), conforme tabela abaixo:

Valor Residual	Correção Monetária INPC/IBGE	Juros 1% ao mês	Valor Atualizado
1.865,58	1,235280%	5,00%	1.983,06

Nota 17) O imobilizado foi registrado da seguinte forma: Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada.

Nota 17.1) Em outubro de 2025, a Agência das Bacias PCJ, realizou a doação de 1 (um) veículo Volkswagen Gol 1.6, 2008/2009, para o Município de Toledo, através do Termo de Doação nº 001/2025/AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, doação de 1 (um) veículo Volkswagen Gol 1.6, 2008/2009, para a Prefeitura do Município de Charqueada, através do Termo de Doação nº 002/2025/AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e doação de 126 (cento e vinte e seis) itens, sendo, 67 (sessenta e sete) itens classificados como computadores e periféricos, 54 (cinquenta e quatro) itens móveis e utensílios, 4 (quatro) equipamentos eletrônicos e 1 (um) de instalações, doados para Cooperativa do Reciclador Solidário de Piracicaba, conforme Termo de Doação nº 003/2025/AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, sendo os respectivos itens doados, baixados do ativo imobilizado da entidade.

Data Doação	Grupo Patrimonial	Termo de Doação	Valor original	Depreciação acumulada	Despesa Bens Doados
01/10/2025	COMPUTADORES	003/2025	79.027,05	79.027,05	-
01/10/2025	MOVEIS E UTENSÍLIOS	003/2025	19.868,96	19.510,37	358,59
01/10/2025	EQUIP. ELETRONICOS	003/2025	8.242,50	7.872,21	370,29
01/10/2025	INSTALAÇÕES	003/2025	1.979,90	1.501,50	478,40
21/10/2025	VEÍCULO	001/2025	22.764,00	22.764,00	-
14/10/2025	VEÍCULO	002/2025	22.764,00	22.764,00	-
TOTAL			154.646,41	153.439,13	1.207,28

Nota 18) Os Contratos/Fornecedores, firmados para a prestação de serviços à Agência das Bacias PCJ, apresentavam saldos na data do encerramento do exercício, conforme quadro demonstrativo abaixo:

CONTRATOS FORNECEDORES 2020			
CONTRATO	EMPRESA	VIGENCIA	SALDO (em R\$)
T.A. 28/2020	MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	16/11/2025 a 16/01/2026	6.469,43

CONTRATOS FORNECEDORES 2021			
CONTRATO	EMPRESA	VIGENCIA	SALDO (em R\$)
T.A. 01/2021	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	13/01/2025 a 12/05/2026	765.939,06
T.A. 22/2021	REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	13/06/2025 a 12/06/2026	31.266,54
T.A. 27/2021	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	05/08/2025 a 05/08/2026	99.219,74
T.A. 29/2021	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	10/09/2025 a 09/03/2026	63.086,94
T.A. 32/2021	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	11/11/2025 a 10/11/2026	734.980,95
T.A. 41/2021	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	11/12/2025 a 10/12/2026	270.408,79
CONTRATOS FORNECEDORES 2022			
CONTRATO	EMPRESA	VIGENCIA	SALDO (em R\$)
CT 28/2022	COMP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP	18/08/2022 a 17/08/2027	237.009,30
T.A. 37/2022	TWO CLOUD SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	03/11/2025 a 02/11/2026	373.864,22
CT TRANSF. 02/2022	SANEBAVI - SANEAMENTO BÁSICO VINHEDO	20/12/2022 a 07/06/2026	218.433,00
CT TRANSF. 03/2022	SANEBAVI - SANEAMENTO BÁSICO VINHEDO	20/12/2022 a 03/10/2026	121.528,91
CT TRANSF. 04/2022	SAAE CAPIVARI	20/12/2022 a 28/01/2026	22.022,00
CT TRANSF. 05/2022	DAE SANTA BÁRBARA D'OESTE	20/12/2022 a 07/06/2026	27.233,54
CT TRANSF. 07/2022	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE AMERICANA – DAE AMERICANA	20/12/2022 a 06/11/2026	322.151,58
CT TRANSF. 08/2022	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE AMERICANA – DAE AMERICANA	20/12/2022 a 06/11/2026	278.794,64
CONTRATOS FORNECEDORES 2023			
CONTRATO	EMPRESA	VIGENCIA	SALDO (em R\$)
CT 19/2023	APLICAR ENGENHARIA LTDA	01/09/2025 a 31/07/2026	410.977,03
CT 28/2023	V CARRIÇO SERVIÇOS DE BUFFET LTDA	11/10/2025 a 10/10/2026	113.983,00
T.A. 10/2023	M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	27/03/2025 a 26/03/2026	103.562,00
T.A. 15/2023	MARCIA CRISTINA ALVES DOS SANTOS 12345178841	02/05/2025 a 01/05/2026	4.500,00
T.A. 16/2023	J.P. NADIN - ME	03/07/2024 a 02/07/2026	408.783,83

T.A. 20/2023	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	18/08/2025 a 17/08/2026	1.324.590,03
T.A. 27/2023	SISTEMA DE TECNOLOGIA E MONITRAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ - SIMEPAR	28/08/2025 a 27/08/2026	397.213,29
T.A. 30/2023	M. CONSULTORIA E VENDAS LTDA	27/09/2025 a 26/09/2026	1.700.425,32
CT 40/2023	HIDROSTUDIO ENGENHARIA S/S	25/03/2025 a 24/03/2026	429.484,40
CONTRATOS FORNECEDORES 2024			
CONTRATO	EMPRESA	VIGENCIA	SALDO (em R\$)
CT 16/2024	G&B AGÊNCIA DE EVENTOS LTDA.	17/07/2024 a 16/07/2026	12.510,52
CT 17/2024	MALUNA SOLUÇÕES AMBIENTAIS – LTDA	13/11/2024 a 12/02/2027	954.096,59
CT 18/2024	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA - FUMEP	14/03/2024 a 13/04/2026	10.375,22
CT 30/2024	TONER COPY LTDA	24/10/2024 a 23/10/2026	3.486,30
CT 35/2024	TELEFONICA BRASIL S/A	03/01/2025 a 02/01/2026	1.093,33
CT 39/2024	SHS CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA EPP	18/11/2024 a 17/03/2026	350.300,00
CT 42/2024	ÁGUA E SOLO E ESTUDOS E PROJETOS LTDA	05/02/2025 a 04/07/2026	397.998,30
T.A. 01/2024	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	24/06/2025 a 23/06/2026	802.599,98
T.A. 20/2024	EX-LIBRIS S/S	17/07/2025 a 16/07/2026	541.206,67
T.A. 21/2024	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	10/06/2025 a 09/06/2026	1.001.870,46
T.A. 28/2024	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESPSP	02/09/2025 a 01/09/2026	1.968.922,98
CONTRATOS FORNECEDORES 2025			
CONTRATO	EMPRESA	VIGENCIA	SALDO (em R\$)
CT 01/2025	WEB SYSTEM TECNOLOGIA LTDA	16/01/2025 a 15/01/2026	2.472,00
CT 03/2025	DELÍCIAS DO CHEFF ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA	23/01/2025 a 22/01/2026	1.889,50
CT 05/2025	ACQUAVIVA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	28/02/2025 a 27/02/2026	15.085,08
CT 06/2025	JT PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA	03/02/2025 a 02/02/2026	17.880,00
CT 08/2025	VANDERLEI VELLOZO BRAGA	17/02/2025 a 16/02/2026	10.400,00

CT 10/2025	UNIMED DE PIRACICABA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS	10/02/2025 a 09/02/2026	220.303,20
CT 12/2025	IA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	13/02/2025 a 12/02/2026	10.490,00
CT 13/2025	MESO - CARREIRA E GESTÃO LTDA	26/02/2025 a 25/02/2027	25.610,00
CT 14/2025	V CARRIÇO SERVIÇOS DE BUFFET LTDA	10/03/2025 a 09/03/2027	164.213,75
CT 15/2025	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS SÃO PAULO DE PIRACICABA LTDA	24/02/2025 a 23/02/2026	3.954,00
CT 17/2025	WORK PIRACICABA SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA	27/03/2025 a 26/03/2027	20.000,00
CT 22/2025	FUNDAÇÃO EZUTE	28/04/2025 a 27/04/2026	248.507,42
CT 24/2025	BILACORP VIAGENS E TURISMO LTDA	10/04/2025 a 09/04/2026	203.599,76
CT 25/2025	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	27/05/2025 a 26/05/2026	1.738.520,85
CT 26/2025	BH PRESS COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE LTDA	26/11/2025 a 25/02/2026	43.469,20
CT 28/2025	HIDROSTUDIO ENGENHARIA S/S	28/10/2025 a 27/10/2026	677.377,58
CT 30/2025	QUANTA CONSULT LTDA. ME	15/07/2025 a 14/07/2026	7.686,22
CT 31/2025	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRÁULICA	20/08/2025 a 19/08/2026	4.165.679,28
CT 32/2025	GLÓRIA LOCAÇÃO VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	15/07/2025 a 14/07/2026	5.880,00
CT 33/2025	AACP SERVIÇO AMBIENTAL EIRELI ME	07/07/2025 a 16/02/2026	15.767,50
CT 34/2025	AGROFLORESTAL MANTIQUEIRA SOLUÇÕES E CONSULTORIA AMBIENTAL	05/08/2025 a 04/08/2026	530.750,24
CT 35/2025	ALCIDES DE AGUIAR CAMPOS	10/07/2025 a 09/07/2026	7.400,81
CT 36/2025	BH PRESS COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE LTDA	26/08/2025 a 25/08/2026	85.092,40
CT 37/2025	NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA - ME	11/09/2025 a 10/09/2026	14.508,00
CT 42/2025	ALTBIT INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	22/10/2025 a 21/10/2026	131.640,00
CT 45/2025	GV JUNIOR REFORMAS	19/11/2025 a 18/01/2026	13.150,00
CT 48/2025	SINO - CONSULTORIA E INFÓRMATICA LTDA	28/01/2026 a 27/01/2027	23.900,00

Nota 19) Em atendimento ao princípio da competência foram realizados pagamentos em 2025, provisionados até a data de 31/12/2024, na esfera federal, no montante de R\$352.488,88 (trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, processos de funcionários a recolher, encargos sociais e férias a pagar assumidos no exercício social de 2024, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2025, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2024 com Pagamentos em 2025 – Federal	Valor – R\$
AGÊNCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO	225,90
ALTBIT INFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA	1.650,00
BLUEPEX TECNOLOGIA S.A.	1.700,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.931,50
DELICIAS DO CHEFF ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA	1.394,00
LOJA DO FILTRO PIRACICABA LTDA	1.440,00
SALARIOS A PAGAR	54.795,00
ESTAGIÁRIOS A PAGAR	5.159,00
PROCESSOS FUNCIONARIOS A RECOLHER	478,20
INSS A PAGAR	21.403,54
FGTS A PAGAR	7.274,53
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.210,62
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	725,78
IRRF S/ RENDIMENTOS	31.347,52
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	9.817,83
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	818,28
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	28.520,45
FÉRIAS A PAGAR	131.217,96
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	30.378,77
TOTAL	352.488,88

Nota 19.1) Ainda em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2025, na esfera federal, o montante de R\$1.081.143,87 (um milhão, oitenta e um mil, cento e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, processos de funcionários a recolher, encargos sociais e férias a pagar assumidos no exercício social de 2025, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2026 ou, posteriormente, no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2025 com Pagamentos em 2026 – Federal	Valor – R\$
AACP SERVICIO AMBIENTAL EIRELI - (FED)	6.622,35
ALTBIT INFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA - (FED)	13.164,00
BH PRESS COMUNICACAO - (FED)	19.165,34
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (FED)	68.554,02
MESO CARREIRA E GESTAO LTDA - (FED)	780,00

V CARRIÇO SERVIÇOS DE BUFFET LTDA - (FED)	32.842,75
SALARIOS A PAGAR	519.164,23
ESTAGIÁRIOS A PAGAR	8.870,67
PROCESSOS FUNCIONARIOS A RECOLHER	464,80
INSS A PAGAR	117.393,49
FGTS A PAGAR	35.884,12
PIS S/ FOLHA A PAGAR	4.184,25
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	867,21
IRRF S/ RENDIMENTOS	27.730,23
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	17.513,18
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	394,19
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	46.661,42
ALUGUÉIS A PAGAR	7.600,00
FÉRIAS A PAGAR	118.894,42
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	34.393,20
TOTAL	1.081.143,87

Nota 19.2) Em dezembro de 2025, foi assinado Despacho CPS/Pres. Nº 080/2025, que autorizou a Agência PCJ a conceder aos seus empregados, por decisão de natureza administrativa da entidade, reajustes salariais que não vinham sendo aplicados desde março de 2018, sendo provisionados, os valores das diferenças a serem pagas do período, de março de 2018 à dezembro de 2025. O montante proporcional ao reajuste salarial, bem como encargos incidentes, na esfera federal, estão apresentados conforme quadro demonstrativo:

PERÍODO	DIFERENÇA SALARIAL	FÉRIAS	13º SALÁRIO	INSS	FGTS	PIS
2018-2024	292.063,37	33.369,21	27.413,33	72.619,31	21.677,41	2.709,68
2025	92.054,06	12.265,34	8.728,92	23.202,93	6.926,25	865,78

Por abranger um longo período de reajustes e para não afetar o resultado do exercício corrente, com despesas que não são da competência 2025, o reconhecimento dos efeitos das diferenças salariais e encargos, de 2018 à 2024, referente ao custeio federal, foram realizados utilizando saldo da provisão para custeio federal (7,5%) – exercícios anteriores, totalizando R\$416.225,73 (quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos). No resultado de 2025 foi reconhecido os valores de reajustes correspondentes ao ano corrente, totalizando R\$124.463,65 (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos). Os valores que abrangem o período de 2022 à 2024, dos funcionários da área técnica, em conformidade com a Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020, a qual define o enquadramento de despesas finalísticas, foram reconhecidos na receita diferida arrecadação federal, no montante de R\$33.626,56 (trinta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos). No resultado dos investimentos ligados a área técnica de 2025, foi reconhecido os valores de reajustes correspondentes ao ano corrente, totalizando R\$19.579,64 (dezenove mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

CONTRAPARTIDA REAJUSTES SALARIAIS	VALORES (em R\$)
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - EXERCICIOS ANTERIORES	416.225,73
CUSTEIO FEDERAL – EXERCÍCIO 2025	124.463,65
RECEITA DIFERIDA – RECURSOS FEDERAIS (REPASSES A.N.A.)	33.626,56
PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – EXERCÍCIO 2025	19.579,64

Nota 20) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores, na esfera estadual, no montante de R\$251.987,34 (duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2024, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2025, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar e encargos sobre férias, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2024 com Pagamentos em 2025 – Estadual	Valor – R\$
ALTBIT INFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA	2.946,00
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	940,53
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	68,43
JORNAL CIDADE DE RIO CLARO LTDA	199,90
M&S SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	9.277,84
REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	4.947,87
TELEFONICA BRASIL S/A	1.281,70
SALARIOS A PAGAR	31.129,00
INSS A PAGAR	21.605,91
FGTS A PAGAR	7.294,45
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.215,78
IRRF S/ RENDIMENTOS	29.491,54
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	10,10
ALUGUÉIS A PAGAR	12.424,85
CONDOMÍNIOS A PAGAR	10.801,44
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	1.651,22
FÉRIAS A PAGAR	74.322,51
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	42.378,27
TOTAL	251.987,34

Nota 20.1) Valores provisionados em 2025, na esfera estadual, no montante de R\$530.825,78 (quinhentos e trinta mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2025, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ, no exercício Social de 2026, ou, posteriormente, no caso das férias a pagar e encargos s/ férias conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2025 com Pagamentos em 2026 – Estadual	Valor – R\$
AGÊNCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO - (EST)	455,07
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - (EST)	127,39
JORNAL CIDADE DE RIO CLARO LTDA - (EST)	210,00
M&S SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - (EST)	8.434,40
SBJOTA COM. DE LIVROS E MATERIAL ESC. LTDA - (EST)	499,50
TELEFONICA BRASIL S/A - (EST)	1.813,10
V. SOARES DE ALMEIDA TRANSPORTE EXECUTIVO - (EST)	530,00
SALARIOS A PAGAR	240.244,10
INSS A PAGAR	107.216,94
FGTS A PAGAR	32.778,54
PIS S/ FOLHA A PAGAR	3.793,39
IRRF S/ RENDIMENTOS	24.433,96
ALUGUÉIS A PAGAR	2.653,59
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	768,30
FÉRIAS A PAGAR	73.416,02
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	33.451,48
TOTAL	530.825,78

Nota 20.2) Em dezembro de 2025, foi assinado Despacho CPS/Pres. Nº 080/2025, que autorizou a Agência PCJ a conceder aos seus empregados, por decisão de natureza administrativa da entidade, reajustes salariais que não vinham sendo aplicados desde março de 2018, sendo provisionados, os valores das diferenças a serem pagas do período, de março de 2018 à dezembro de 2025. O montante proporcional ao reajuste salarial, bem como encargos incidentes, na esfera estadual, estão apresentados conforme quadro demonstrativo:

PERÍODO	DIFERENÇA SALARIAL	FÉRIAS	13º SALÁRIO	INSS	FGTS	PIS
2018-2024	125.288,91	12.298,36	11.451,82	61.885,87	18.473,39	2.309,17
2025	49.788,75	6.357,36	4.768,90	23.419,24	6.990,82	873,85

Por abranger um longo período de reajustes e para não afetar o resultado do exercício corrente, com despesas que não são da competência 2025, o reconhecimento dos efeitos das diferenças salariais e encargos, de 2018 à 2024, referente ao custeio estadual, foram realizados na rubrica do patrimônio social, estornando saldo do Fundo Patrimonial – (superávit recursos estaduais), totalizando R\$231.707,53 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e sete reais e cinquenta e três centavos). No resultado de 2025 foi reconhecido os valores de reajustes correspondentes ao ano corrente, totalizando R\$92.198,92 (noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais e noventa e dois centavos).

CONTRAPARTIDA REAJUSTES SALARIAIS	VALORES (em R\$)
FUNDO PATRIMONIAL - (SUPERAVIT RECURSOS ESTADUAIS)	231.707,53
CUSTEIO ESTADUAL - 2025	92.198,92

Nota 21) Férias a Pagar e Encargos: Foram “provisionados” com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço patrimonial.

Nota 22) Em 2020, os Comitês PCJ através de Deliberação nº 525/2025, aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2026 a 2030, investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União das bacias PCJ. As ações serão contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 23) A conta Recursos Federais (ANA) é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (ANA) oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. A Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020, estabelece que, do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio administrativo. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio por cento) é destinado aos contratos firmados no âmbito do Plano de Aplicação Plurianual. A Resolução ANA nº 29 também define que os recursos arrecadados e os respectivos rendimentos financeiros não utilizados no exercício financeiro poderão ser utilizados no exercício subsequente, observada a limitação ora mencionada.

COBRANÇA FEDERAL – em R\$

Período	Arrecadação	Rendimentos Financeiros	Estorno Rendimentos Financeiros	Limite p/ Custeio (7,5%)
2024	931.589,88	4.744.857,65	-	425.733,55
2025	28.250.095,15	2.526.743,70	270.069,15	2.328.518,10

Nota 23.1) Estorno de rendimentos financeiros, compreende devoluções de valores de contratos firmados com tomadores diversos para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização da Caixa Econômica Federal, agente técnico e financeiro. A devolução é realizada com o valor do repasse corrigido em aplicação vinculada ao projeto.

Estorno Rendimentos Financeiros 2025			
Data	Contrato	Tomador	Valor – R\$
04/04/2025	006/2023	SANEBAVI - SANEAMENTO BASICO DE VINHEDO	52.731,69
16/05/2025	006/2022	MUNICIPIO JAGUARIUNA	414,68
04/08/2025	0539134-21/2020	MUNICIPIO DE LIMEIRA	410,88
04/08/2025	0539134-21/2020	MUNICIPIO DE LIMEIRA	0,17
19/12/2025	009/2024	MUNICIPIO JAGUARIUNA	216.511,73

Nota 24) O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$2.192.869,18 (dois milhões, cento e noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos), conforme quadro abaixo:

DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL em R\$		
Discriminação das Despesas	2025	2024
Despesas Trabalhistas	126.7092,43	947.892,73
Encargos Trabalhistas	269.542,56	235.550,72
Despesas Gerais e Administrativas	621.678,40	582.564,84
Depreciação Bens Fundação	34.555,79	39.342,06
TOTAL	2.192.869,18	1.805.350,35

Nota 24.1) Ressalta-se que na nomenclatura “despesas trabalhistas” estão inclusos, de acordo com a Resolução ANA nº 29, de junho de 2020, os valores dos salários líquidos, e 13º salário líquido dos Diretores da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários admitidos através de concurso público da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários aprovados em processo seletivo e reconduzidos do Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ, bem como os encargos sociais (INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento), incidentes sobre esses salários. Os vencimentos e provisões trabalhistas do Diretor Presidente, estão inclusos nas “despesas trabalhistas” provisionadas e pagas com recursos da arrecadação federal, enquanto os encargos sociais incidentes sobre os salários, são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

Nota 24.2) Em 2025, os líquidos de salários, férias e 13º salário dos funcionários da área técnica, bem como os encargos sociais (INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento), em conformidade com a Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020, a qual define o enquadramento de despesas finalísticas, passaram a ser reconhecidos e pagos utilizando recursos disponíveis para o Programa de Aplicação Plurianual – PAP, totalizando no período R\$191.932,14 (cento e noventa e um mil novecentos e trinta e dois reais e quatorze centavos).

Nota 24.3) Para cobrir o custeio administrativo do exercício 2025, a Agência das Bacias PCJ utilizou o saldo de R\$2.192.869,18 (dois milhões, cento e noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos), referente saldo para custeio de exercícios anteriores. Assim, para o exercício 2026, estará disponível o saldo remanescente no montante de R\$1.295.487,48 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos) acrescido do montante de R\$2.328.518,10 (dois milhões, trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e dezoito reais e dez centavos), descontado o valor de R\$2.173,39 (dois mil, cento e setenta e três reais e trinta e nove centavos) estornado da provisão para custeio, proporcional a 7,5% sobre o total de R\$28.978,55 (vinte e oito mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), que constavam no saldo de recursos federais a receber, que após conciliação dos relatórios de arrecadação ANA, foi identificado saldo de 2012 não arrecadado, sendo estornado da rubrica, descontado os valores de reajustes salariais e encargos incidentes, de 2018 à 2024, referente ao custeio federal, conforme nota 19.2, no montante de R\$416.225,73 (quatrocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos), descontado o valor de R\$79.778,89 (setenta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos) referente a atualização da provisão de verbas rescisórias (descriminada na nota 25.1), totalizando R\$3.125.827,57 (três milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) tendo em vista a não utilização no exercício 2025, estando o montante, disponível para utilização no custeio dos exercícios subsequentes.

RECURSOS DE CUSTEIO (7,5%) EM 2025 – FEDERAL – em R\$	
(+) Provisão Custeio 7,5% - exercícios anteriores	3.488.356,66
(-) Realização Custeio 7,5% 2025	(2.192.869,18)
(=) Subtotal	1.295.487,48
(+) Provisão Custeio 7,5% - exercício corrente	2.328.518,10
(-) Estorno de provisão p/ custeio - saldo não arrecadado 2012	(2.173,39)
(-) Provisão de reajustes salariais custeio federal 2018-2024	(416.225,73)
(-) Atualização provisão para contingências	(79.778,89)
TOTAL	3.125.827,57

Nota 24.4) As Certidões Negativas de Débitos, em relação aos recolhimentos dos encargos sociais, são partes integrantes desses relatórios.

Nota 25) A conta provisão para contingências (federal) apresenta a seguinte composição:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – FEDERAL – em R\$		
PROVISÕES	2025	2024
Verbas Rescisórias	728.581,25	648.802,36
TOTAL	728.581,25	648.802,36

Nota 25.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em 2015 devido à entidade delegatária entender necessária a provisão para contingências, considerando que o Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas ANA, é de prazo definido, podendo ou não, ser renovado ao término da vigência. Em 2025, celebrou-se o novo Contrato de Gestão nº 037/2025 com a ANA com vigência até 31/12/2030. Assim, visando evidenciar a possibilidade de não renovação ou mesmo o encerramento de forma antecipada, mediante a instituição de uma nova Agência de Águas nas Bacias PCJ, justifica-se a continuidade dessa provisão para contingências, em relação às verbas indenizatórias que seriam devidas no caso das rescisões contratuais de 9 colaboradores pagos com recursos da arrecadação federal. O valor foi constituído através do saldo de custeio administrativo (7,5%). Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma. Os valores foram atualizados no encerramento do exercício 2025.

Nota 26) De acordo com o relatório dos processos judiciais apresentado pela assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ, existe o processo distribuído na Justiça Estadual sob o nº 1017321-71.2020.8.26.0053, em trâmite na 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, sendo requerente a Associação Amigos da Cidadania e do Meio Ambiente de Piracicaba - AMPIRA, e requerida a Agência das Bacias PCJ. O processo foi redistribuído à Justiça Federal sob o nº 5000374-70.2022.4.03.6100. Trata-se de Ação Civil Pública movida por Amigos da Cidadania e Meio Ambiente de Piracicaba – AMAPIRA em face da CETESB e outros, baseada em relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo, que concluiu que a UGRHI dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, segunda com maior carga remanescente de DBO, e com estimativa de que 99 toneladas de DBO são lançadas diariamente em cursos d'água nas Bacias PCJ, decorrentes de tratamento ineficiente dos esgotos domésticos, e demais efluentes, e que esse número ainda poderia estar subestimado, sendo premente a utilização de parâmetros mais restritivos de qualidade da água (art. 18 do Decreto Estadual nº. 8.468/76), e que não devem ficar restritos à DBO5,20°C. A Autora impõe à CETESB a obrigação de zelar pelo atendimento do conjunto dos parâmetros do Decreto Estadual nº. 8.468/76. Apesar de argumentar que a CETESB é o órgão ambiental que tem a obrigação de fiscalização e monitoramento do controle da qualidade dos efluentes no Estado de São Paulo, expõe que a mesma possui inúmeras atribuições e competências e não consegue desempenhar a contento seu papel fiscalizador, seja por falta de recursos materiais e humanos, ou, seja por falta de recursos financeiros alocados para tanto. Assim, tenta interpretar que as ações da CETESB se resumem ao monitoramento e atuação após os eventos danosos, não possuindo condições para desempenhar atividades de prevenção, fiscalização e tomadas de decisões emergenciais, restringindo ao órgão, apurar os fatos e eventualmente multar o agente poluidor. A partir disso, tenta incumbir à Fundação Agência das Bacias PCJ o

efetivo controle da qualidade dos efluentes lançados nos corpos hídricos localizados nas áreas relativas às Bacias PCJ, tentando fazer crer que a Fundação Agência das Bacias PCJ seria legalmente apta para essa função, conforme previsão de seu estatuto, podendo implementar de imediato um efetivo programa de controle de qualidade dos efluentes lançados nas Bacias PCJ, dispondo de autonomia e recursos financeiros para execução dessas funções. A Fundação Agência das Bacias PCJ apresentou contestação e o processo encontra-se conclusos para julgamento, sendo considerada de probabilidade remota de perda.

Nota 27) A conta provisão para contingências (estadual) apresenta a seguinte composição:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – ESTADUAL – em R\$		
PROVISÕES	2025	2024
Verbas Rescisórias	278.246,39	239.857,20
TOTAL	278.246,39	211.228,88

Nota 27.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em no exercício de 2018, referente a contingência trabalhistas, visando pagamento de verbas indenizatórias que seriam devidas no caso de rescisão contratual de 4 colaboradores pagos com recursos da arrecadação estadual. Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma. Os valores foram atualizados no encerramento do exercício 2025.

Nota 28) Os projetos contratados do Plano de Aplicação Plurianual (PAP), reconhecidos no passivo não circulante, terão seu desembolso durante o ano de 2026 de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro. Os desembolsos previstos, com prazo maior que doze meses, estão reconhecidos no passivo não circulante, e apresentam a estimativa de conclusão conforme quadro demonstrativo abaixo:

PROJETOS PAP A REPASSAR – Em R\$			
CONTRATO	2027	2028	2029
CT 17/2024	497.657,85	229.349,52	-
CT 14/2025	32.842,75	-	-
CT 25/2025	200.000,00	200.000,00	200.000,00
CT 48/2025	1.000,07	-	-
TOTAL	731.500,67	429.349,52	200.000,00

Nota 29) Os recursos financeiros disponíveis na conta “Receitas Diferidas – Repasse ANA (federal) estão reconhecidos no Passivo Não Circulante, tendo em vista que os recursos para investimentos dependem da realização de processos licitatórios e celebração de contratos pela Agência das Bacias PCJ e tomadores de recursos para empreendimentos, sendo estes, provisionados no passivo circulante conforme assinatura e vigência dos contratos.

Nota 30) As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10 e NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na **Demonstração de Superávit ou Déficit**;

Nota 30.1) As receitas são subdivididas em Federais (ANA), Estaduais (FEHIDRO), Estaduais (Secretaria Executiva dos Comitês), Projeto Papel Zero (EDDigital) e Termo de Cooperação

SABESP, conforme quadros demonstrativos abaixo:

Receitas Federais	2025 – (R\$)	2024 – (R\$)
Receitas Transferência Federal (repasses)	41.209,21	74.368,28
Receitas Transferência Federal (custeio)	2.192.869,18	1.805.350,35
Receitas Transferência Federal (PAP 2021-2025)	24.575.035,48	43.613.184,45
Receitas Transferência Federal (EDDigital)	579,57	2.315,88
Total das Receitas Federais	26.809.693,44	45.495.218,96

Receitas Estaduais	2025 – (R\$)	2024 – (R\$)
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	2.241.763,93	2.285.009,45
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	1.177.434,50	724.011,78
Receitas Transferência Estadual (Secr. Executiva Comitês)	20.268,74	49.153,15
Total das Receitas Estadual	3.439.467,17	3.058.174,38

Receitas Termo de Cooperação SABESP	2025 – (R\$)	2024 – (R\$)
Receita Termo de Cooperação SABESP	106.991,56	391,80
Total das Receitas Termo de Cooperação SABESP	106.991,56	391,80

Nota 30.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 30.3) A Agência das Bacias PCJ realiza a inserção de usuários inadimplentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, no Sistema da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado – PGE, sendo que eventuais pagamentos por parte dos usuários devedores deverão ser realizados diretamente para a PGE. Posteriormente, tais valores serão transferidos da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para o FEHIDRO e, finalmente, repassado para a Agência das Bacias PCJ no montante correspondente a 10% do valor efetivamente arrecadado. Segue demonstrada no quadro abaixo, relação dos processos e o respectivo montante informado no Sistema da Dívida Ativa da PGE nos exercícios de 2024 e 2025.

PROCESSO	VALOR 2025 - em R\$	VALOR 2024 - em R\$
UGRHI05/02249	47.324,36	47.324,36
UGRHI05/03758	19.380,16	19.380,16
UGRHI05/00120	31.526,35	31.526,35
UGRHI05/02757	10.029,76	10.029,76
UGRHI05/02602	31.225,22	31.225,22
UGRHI05/01146	4.337,27	4.337,27
UGRHI05/01481	3.673,94	3.673,94
UGRHI05/01784	19.178,25	19.178,25
UGRHI05/01786	38.235,44	38.235,44

UGRHI05/02967	6.848,00	6.848,00
UGRHI05/01216	3.013,98	3.013,98
UGRHI05/00231	57.127,94	57.127,94
UGRHI05/00585	65.764,32	65.764,32
UGRHI05/03413	11.640,48	11.640,48
UGRHI05/00121	24.533,73	24.533,73
UGRHI05/00063	40.901,19	40.901,19
UGRHI05/00087	12.258,37	12.258,37
UGRHI05/02373	5.957,26	5.957,26
UGRHI05/04979	35.347,01	-
UGRHI05/02931	13.263,58	-
UGRHI05/04992	39.003,42	-
UGRHI05/00863	25.854,40	-
UGRHI05/07729	11.006,93	-
UGRHI05/04036	2.134,12	-
UGRHI05/02162	4.997,20	-
Total	564.562,68	432.956,02

Foram incluídos em dívida ativa, no exercício de 2025, sete novos usuários dos recursos hídricos, representando um aumento em valor de R\$131.606,66 (cento e trinta e um mil, seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos), totalizando ao final do exercício de 2025 o montante em Dívida Ativa de R\$564.562,68 (quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos). No intuito de aprimorar os registros contábeis sobre os processos em Dívida Ativa e em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP, houve o reconhecimento do montante em dívida ativa no balanço patrimonial de 2025, em contas específicas de compensação ativa e compensação passiva, utilizadas para fins de controle contábil, sem afetar o patrimônio da entidade, conforme Resolução CFC nº 1.330/2011 que aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil.

O reconhecimento dos valores em dívida ativa, segue o entendimento que a Agência das Bacias PCJ é responsável por realizar a cobrança estadual pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, emitindo os boletos aos usuários pagadores e estabelecendo mecanismos de controle da arrecadação e dos usuários inadimplentes, conforme disposto no artigo 21 do Decreto Estadual nº 50.06, de 30 de março de 2006.

Do montante arrecadado, oriundo da referida cobrança, somente o limite de 10% será destinado a Agência das Bacias PCJ para custeio administrativo e despesas com pessoal, conforme estabelecido no inciso VI, artigo 22, do Decreto Estadual nº 50.667/2006.

Nesse sentido, entende-se que recursos da cobrança são aqueles efetivamente arrecadados e que ingressam na conta corrente da Agência das Bacias PCJ, conforme repasses mensais de 10%, justificando o registro da inadimplência como fato extrapatrimonial, em contas de compensação.

Nota 30.4) Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties compensação financeira do setor elétrico, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Nota 30.5) Os recursos de origens federais (ANA) são originários da arrecadação com a

cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%) e Investimentos (92,5%), conforme Contrato de Gestão nº 037/2025 /ANA celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), visando o exercício de funções de competência de Agência de Água nas Bacias PCJ.

Nota 30.6) Os recursos de origem do Projeto Papel Zero – Entidade Delegatária Digital são recursos federais do orçamento da Agência Nacional de Águas, repassados à Agência das Bacias PCJ, conforme segundo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, com a finalidade de implantação de um sistema digital de gestão de documentos, procedimentos arquivísticos e aquisição de equipamentos de informática. Tratando-se de recursos de pagamento pelo uso de recursos hídricos, conforme indicado pela ANA no OFÍCIO nº 78/2022/SAS/ANA, Documento nº 02500.040201/2022-58, de 28 de julho de 2022, e se tratando de recursos anteriores ao Contrato de Gestão nº 3/ANA/2011, em 2022, foi devolvido o valor de R\$155.206,12 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e seis reais e doze centavos) constante em conta poupança Caixa Econômica Federal do projeto. O passivo apresentava saldo no início do período sob a rubrica “PROJETO PAPEL ZERO – EDDIGITAL” referente ao valor contábil dos bens do ativo imobilizado adquiridos com recurso do projeto, totalmente realizados conforme depreciação dos bens até março de 2025.

Nota 30.7) Em 2022, foi assinado Termo de Cooperação nº 020/22-PJ entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá com a finalidade de promover ações conjuntas visando o desenvolvimento de atividades para atender ao disposto no art. 13 da Resolução Conjunta ANA/DAEE n. 926/2017, com adesão ao Programa Produtor de Águas da Agência Nacional de Águas – ANA e da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ.

Nota 30.8) Tanto os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto os recursos federais, Projeto Papel Zero – EDDigital, bem como, os recursos do Termo de Cooperação SABESP, são contabilmente reconhecidos como recursos com restrição, ou seja, uma receita de realização futura.

Nota 30.9) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a Resolução CFC nº 1.305/10, que aprova a NBC TG 07 em seu item 12:

“Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.”

Ainda, item 15A:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual Secretaria Executiva dos Comitês, EDDigital e Termo de Cooperação SABESP, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

Nota 31) A Agência das Bacias PCJ é responsável por transmitir informações necessárias para emissão de boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, ao Banco do Brasil e também, prestar contas à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos dos recursos recebidos para custeio, conforme contrato de prestação de serviços de cobrança bancária firmado entre as partes acima mencionadas. A modalidade de cobrança bancária utilizada é a “Cobrança com Registro”, Convênio 2477882, na qual, a Agência das Bacias PCJ deverá enviar informações de cobrança dos usuários ao Banco do Brasil via arquivo digital e acompanhar diariamente a movimentação e controle da conta. Para tanto, a Agência das Bacias PCJ para controle dos valores arrecadados, apresenta conta bancária, no passivo denominada “Conta Banco do Brasil nº 9209-6 FEHIDRO (SIAFEM)”, onde é reconhecida a movimentação diária, porém, por não ser de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ a autorização da realização das saídas dos recursos financeiros, a movimentação é nula no resultado do período. Foram reconhecidas apenas as transferências FEHIDRO de até 10% (dez por cento) dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ para despesas de custeio administrativo e pessoal estabelecido na proposta orçamentária para o exercício de 2021 aprovada pelos Comitês PCJ através da Deliberação dos Comitês PCJ nº 347/20, de 11/12/2020, bem como no Decreto Estadual nº 50.667/2006, o qual estabelece os condicionantes para o fluxo financeiro e da aplicação dos recursos da cobrança estadual pelo uso dos recursos hídricos. No encerramento do exercício, esta conta apresentava saldo de R\$13,49 (treze reais e quarenta e nove centavos).

Nota 32) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idôneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (federal e estadual);
- b) Repasses para empreendimentos;
- c) Plano de Aplicação Plurianual (2021-2025);
- d) Secretaria Executiva Comitês PCJ;
- e) Projeto Papel Zero (EDDigital);
- f) Termo de Cooperação SABESP.

Nota 33) Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações dos Comitês PCJ e os limites para custeio administrativo.

Nota 34) O superávit do exercício de 2025, oriundo de recursos estaduais, foi de R\$1.629.107,15 (um milhão, seiscentos e vinte e nove mil, cento e sete reais e noventa e quatro centavos) e será alocado no patrimônio da entidade na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Nota 35) Em 2025, foram estornados valores do Fundo Patrimonial – (superávit recursos estaduais), a título de ajuste de exercícios anteriores, valores correspondentes aos reajustes salariais e encargos, contemplando o período de 2018 a 2024, referente o custeio estadual, conforme nota 20.2, no montante de R\$231.707,53 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e sete reais e cinquenta e três centavos).

Nota 36) A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com a

Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 36.1) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde é discriminado abaixo os valores efetivamente recebidos em 2025, bem como os pagamentos efetuados.

Movimentação Financeira – Federal – em R\$		
	2025	2024
Saldo Inicial	36.498.824,04	75.427.615,10
(+) Recursos Recebidos	19.769.648,32	1.114.853,41
(+) Rendimentos Financeiros	2.526.743,70	4.744.857,65
(+) Valores de Recursos Devolvidos - Empreendimentos	3.475.015,34	719.725,32
(+) Valores Rendimentos Devolvidos Empreendimentos	270.309,03	21,06
(+) Valores Devolvidos Depósitos Judiciais	-	10.229,68
(=) Subtotal	62.540.540,43	82.017.302,22
(-) Desembolsos Custeio Federal	2.027.048,32	1.754.351,03
(-) Desembolsos Repasses Empreendimentos	41.209,21	74.389,34
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2021-2025)	24.404.803,59	43.580.479,89
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo	38.477,95	109.257,92
Saldo Final	36.029.001,36	36.498.824,04

Movimentação Financeira – Estadual – em R\$		
	2025	2024
Saldo Inicial	8.165.857,07	7.302.327,43
(+) Recursos Recebidos Custeio	2.670.504,88	1.954.124,56
(+) Recursos Recebidos – Secr. Exec. Comitês	125.788,53	67.771,18
(+) Devolução Garantia Aluguel - Estadual	2.700,00	-
(+) Receita Financeira - Atualização SELIC - Estadual	4.007,57	-
(+) Rendimentos Financeiros Custeio	1.173.426,93	724.011,78
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva	9.499,92	1.961,49
(=) Subtotal	12.151.784,90	10.050.196,44
(-) Desembolsos Custeio Estadual	1.704.258,25	1.835.106,66
(-) Desembolsos Secretaria Exec. Comitês	20.209,78	49.232,71
Saldo Final	10.427.316,87	8.165.857,07

Movimentação Financeira – Termo de Cooperação SABESP – em R\$		
	2025	2024
Saldo Inicial	4.048.190,72	1.940.710,68
(+) Recursos Recebidos – Termo de Cooperação SABESP	1.750.000,00	1.750.000,00
(+) Rendimentos Financeiros	762.523,82	357.871,84
(=) Subtotal	6.560.714,54	4.048.582,52
(-) Desembolsos Termo de Cooperação SABESP	106.991,56	391,80
Saldo Final	6.453.722,98	4.048.190,72

Nota 37) Doações/Garantias de Contrato/Contribuições Recebidas

Nota 37.1) Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas jurídicas,

conforme previsão no Cap. IX, art. 30 do Estatuto Social da Entidade.

Nota 38) Cobertura de Seguros:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, atendendo principalmente o princípio contábil de continuidade.

ITEM SEGUADO	COBERTURA – em R\$	VIGÊNCIA
Empresarial	3.021.000,00	03/06/2025 até 25/05/2026
Vida em grupo	626.464,80	01/02/2025 até 01/02/2026
Polo EZT-1031	150.000,00	16/03/2025 até 16/03/2026

SERGIO RAZERA
Diretor-Presidente
CPF: 015.929.298-00

LUIS CARLOS MARIN GIUSTI
CRC: 1SP 146439/O-5
CPF: 030.948.608-42